

Tópico Locação
de Galpões e
Equipamentos
para Indústria S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração 2018

A Tópico é hoje a maior empresa de locação e venda de infraestruturas flexíveis do Brasil, comercializando estruturas modulares para cobertura de áreas de armazenagem com elevado padrão de qualidade e rápida implementação. Encerramos o ano de 2018 com 1.320 mil m² locados, representando um aumento de 7,4% em relação a 2017 com 1.229 mil m², uma das maiores Áreas Brutas Locáveis (ABL) do Brasil e representando um crescimento expressivo quando comparado aos anos anteriores.

Assim como em 2017, a Tópico atingiu suas metas de orçamento em 2018, principalmente em decorrência da melhoria nos controles internos e do desenvolvimento de uma plataforma mais robusta para sustentar futuros crescimentos. Com este viés, foi construído um planejamento estratégico para olharmos os próximos 5 anos da companhia e um novo projeto de reposicionamento de marca revisando nossa proposta comercial, marca e material de marketing, além da implementação e reforço da nossa cultura revisitando a nossa missão, visão, valores.

Em 2018, nosso balanço apresentou um resultado bastante positivo no qual realizamos um record de investimentos no ano com um capex líquido de R\$ 20,1 milhões, além da redução da dívida líquida da companhia para apenas 1x dívida líquida EBITDA através da geração de caixa operacional da companhia.

Receita de vendas e serviços: Comparando os números relativos à receita com o ano anterior, houve uma redução de 5,9%. As receitas de vendas foram o principal impacto negativo apresentando uma queda de 64,5%. As receitas de locação e serviços reduziram 2,6%, refletindo a menor base locada inicial em 2018, contudo devido ao crescimento da base locada de 7,4% durante o ano, iniciamos o ano de 2019 com uma tendência muito positiva em nossa receita de locação.

Custos Operacionais: Os custos operacionais reduziram em 7,0% em relação ao ano de 2017. Essa redução seguiu a tendência de queda do ano anterior, principalmente em decorrência de melhorias operacionais relacionadas a gestão de processos e controles de obras em campo, logística, estoques, processos fabris, priorizando sempre o nível de serviço e excelência junto aos clientes.

Despesas Administrativas e Comerciais: As despesas administrativas e comerciais reduziram 11,5% em relação ao ano de 2017, explicado principalmente por um melhor controle de gastos e redução das provisões trabalhistas em função de melhores acordos judiciais.

EBITDA: Sendo assim, baseado nos fatores acima, o EBITDA realizado do ano foi de R\$ 53,1 milhões caracterizando um crescimento de 3,3% em relação a 2017 de R\$ 51,4 milhões. O melhor desempenho pode ser observado principalmente pela redução dos custos operacionais.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro apresentou uma redução de 50,6% em comparação com o ano anterior, resultante de menores provisionamentos de juros sobre as Debentures devido ao alongamento de dívida realizado no 1º trimestre de 2018 e a suave queda do CDI que saiu de 6,9% para 6,4% ao final de 2018.

Lucro Líquido: Encerramos o exercício de 2018 com lucro líquido de R\$ 14,9 milhões, seguindo a tendência de recuperação do ano anterior em 14,0%. Essa melhoria no resultado da Companhia corrobora com a nossa expectativa de melhoria contínua e demonstra que as medidas adotadas de controle e corte de custos se mantêm assertivas.

Perspectivas para 2019: Apesar do otimismo macroeconômico que prepondera no Brasil neste cenário pós eleições, entendemos que 2019 ainda será um ano volátil para a indústria, em um dos nossos principais segmentos de atuação, portanto desenvolvemos uma estratégia de crescimento diversificada no que tange os setores da economia e buscamos um crescimento independente da performance do PIB brasileiro. Iniciamos o ano de 2019 com uma plataforma sólida de gestão e uma base locada de 1.320 mil m², a maior base locada que tivemos desde o início da crise, com perspectiva de crescimento de nosso faturamento em aproximadamente 10%, aumento de nossa metragem locada corroborando uma melhora na rentabilidade ao longo do ano.

Felipe Fonseca Pereira
Diretor Financeiro

Fabiana Bitelli
Gerente Financeiro
CRC 1SP 213358/O-8



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Tópico Locação de Galpões e
Equipamentos para Indústrias S.A.**

Embu das Arte - São Paulo.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja a nota 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018 saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 46.794 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receita de locação, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras, informações de projeções macroeconômicas e dados históricos as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação dessas estimativas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e pelo fato que de qualquer mudança nas premissas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas da área tributária, da natureza das diferenças temporárias existentes à luz da legislação fiscal vigente;

- Ainda com o apoio desses especialistas, avaliação das bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos;

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis; e

- Análise, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia, e em comparação aos dados obtidos de fontes externas, entre elas o crescimento econômico projetado e inflação de custos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo reconhecido do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	01/01/2017	Passivo	Nota	2018	2017	01/01/2017
			Reapresentado *	Reapresentado *				Reapresentado *	Reapresentado *
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.717	17.592	11.404	Empréstimos e financiamentos	13	18.640	19.005	124.912
Contas a receber de clientes	8	18.728	15.212	24.168	Fornecedores e outras contas a pagar	14	5.799	3.448	9.905
Estoques	9	23.870	12.503	12.127	Adiantamento de clientes		1.004	746	575
Impostos a recuperar	10	6.660	3.975	2.429	Provisões trabalhistas		3.843	4.637	2.450
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		440	440	440	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	4.217	1.829	3.201
Despesas pagas antecipadamente		384	820	994	Total do passivo circulante		33.503	29.665	141.043
Outras contas a receber		614	2.678	896					
Total do ativo circulante		64.413	53.220	52.458	Não circulante				
Não Circulante					Empréstimos e financiamentos	13	51.431	68.316	-
Depósitos judiciais e cauções	16	700	672	83	Provisões trabalhistas		125	-	170
Outras contas a receber	16	2.087	4.132	1.642	Provisão para contingências	16	3.392	5.012	1.849
Impostos diferidos ativo	11	46.695	54.390	56.599	Total do passivo não circulante		54.948	73.328	2.019
Total do realizável a longo prazo		49.482	59.194	58.324	Capital social		57.378	57.378	37.378
Imobilizado	12	143.539	144.941	153.865	Reserva especial de ágio		32.729	32.729	32.729
Intangível		1.870	1.555	1.233	Ajustes de avaliação patrimonial		28.397	37.585	44.499
Total do ativo não circulante		194.891	205.690	213.422	Reserva de lucros		52.349	28.225	8.212
Total do ativo		259.304	258.910	265.880	Patrimônio líquido	17	170.853	155.917	122.818
					Total do passivo		259.304	258.910	265.880

* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 Reapresentado *
Receita de venda e serviços	18	107.797	114.608
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	<u>(62.312)</u>	<u>(66.986)</u>
Lucro bruto		45.485	47.622
Despesas comerciais	19	(6.172)	(7.368)
Despesas administrativas	19	(13.023)	(14.327)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(444)	1.163
Outras (despesas) receitas operacionais	19	(264)	1.646
Resultado da venda de ativos imobilizados		<u>3.895</u>	<u>423</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>29.477</u>	<u>29.159</u>
Despesas financeiras	20	(8.793)	(15.721)
Receitas financeiras	20	<u>1.947</u>	<u>1.870</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(6.846)</u>	<u>(13.851)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>22.631</u>	<u>15.308</u>
Imposto diferido		<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>14.936</u></u>	<u><u>13.099</u></u>

* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 Reapresentado *
Lucro líquido do exercício	14.936	13.099
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u><u>14.936</u></u>	<u><u>13.099</u></u>

* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017, como previamente divulgado	37.378	1.715	50.448	44.499	-	134.040
Impacto da retificação de erros	-	6.497	(17.719)	-	-	(11.222)
Saldo rerepresentado em 1º de janeiro de 2017	37.378	8.212	32.729	44.499	-	122.818
Aumento de capital social	20.000	-	-	-	-	20.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	13.099	13.099
Constituição de reserva legal	-	655	-	-	(655)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	-	-	-	(6.914)	6.914	-
Transferência para reserva de lucros	-	19.358	-	-	(19.358)	-
Saldo rerepresentado em 31 de dezembro de 2017	57.378	28.225	32.729	37.585	-	155.917
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.936	14.936
Constituição de reserva legal	-	747	-	-	(747)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	-	-	-	(9.188)	9.188	-
Transferência para reserva de lucros	-	23.377	-	-	(23.377)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.378	52.349	32.729	28.397	-	170.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
			Reapresentado *
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos		22.631	15.308
Ajustes para:			
Depreciação do imobilizado	12	23.283	21.873
Amortização do intangível		374	390
Resultado da venda de ativos imobilizados		(3.895)	(423)
Juros com empréstimos e financiamentos	13	8.352	14.700
Provisão (reversão) por perda esperada do contas a receber	8	444	(530)
Provisão de contingências	16	1.688	3.163
Provisões trabalhistas		-	268
Provisão de bônus		-	1.919
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(3.960)	9.486
Estoques		(11.367)	(376)
Impostos a recuperar		(2.685)	(1.546)
Despesas pagas antecipadamente		436	174
Outras contas a receber		2.064	(4.272)
Depósitos judiciais e cauções		(28)	(589)
Fornecedores		2.351	(6.457)
Adiantamento de clientes		258	171
Provisões trabalhistas		(669)	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		1.125	(1.542)
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros pagos com empréstimos	13	(8.289)	(17.628)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		<u>32.113</u>	<u>34.089</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(23.166)	(15.979)
Venda de imobilizado	12	5.180	3.453
Aquisição de intangível		(689)	(712)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(18.675)</u>	<u>(13.238)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital social	17	-	20.000
Novos empréstimos e financiamentos		-	4.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(17.313)	(38.663)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>(17.313)</u>	<u>(14.663)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.875)</u>	<u>6.188</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		<u>17.592</u>	<u>11.404</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>13.717</u>	<u>17.592</u>

* Veja nota explicativa 4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tópico Locação de Galpões e Equipamentos S.A. (a “Tópico”, ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2006 e em 27 de agosto de 2014 virou sociedade anônima de capital fechado. A sede da Tópico fica na avenida Jorge Alfredo Camasmie, nº 122, no bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - lote 20 - quadra C, na cidade de Embu das Artes no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto a fabricação de coberturas, estruturas metálicas, infláveis, entre outros itens para montagem de infraestrutura flexível e atuante também no segmento de locação e comercialização desses ativos, sendo líder neste mercado brasileiro.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As presentes demonstrações financeiras da Tópico para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de abril de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Tópico.

Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Tópico no processo de aplicação das políticas contábeis, desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas pela Tópico que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa:

- **Nota 18** - Receita líquida de venda e serviços: determinação do momento da transferência do controle inerente a prestação de serviço de locação.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes: principais premissas sobre a probabilidade do não recebimento do contas a receber com clientes;
- **Nota 11** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 12** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável, principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 16** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Mudança nas principais práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto para certas exigências de apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

a. CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem efeito material. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi rerepresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

b. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Tópico adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.

Anteriormente, a abordagem do Tópico era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas comerciais e administrativas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 1.163 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de “despesas comerciais e administrativas” para “perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber” na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de “despesas financeiras”, similar à apresentação no CPC 38/IAS 39, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

4 Reapresentação do saldo de abertura por correção de erro imputável a exercícios anteriores

Os valores correspondentes referentes aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017 bem como as transações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, estão sendo reapresentadas, para refletir a correção de erros, conforme descrito a seguir, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou que o valor contábil da contraprestação contingente da aquisição da Tópico pela SCG IVa Holding Ltda. em 2015, que inicialmente foi reconhecido como passivo financeiro provisório para qual a contabilização ainda não havia sido concluída, em conformidade com o CPC 15, na adquirente SCG IV Holding S.A., não foi ajustado pela mesma, em julho de 2015, para considerar novas informações obtidas relativas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Esse erro na contraprestação contingente, que foi assumida pela SCG IV Holding S.A. em fevereiro de 2015, têm impacto no valor contábil do ativo fiscal diferido, reconhecido em fevereiro de 2015 com a incorporação reversa da SCG IVa Holding Ltda. pela Tópico. Para considerar esse impacto, o ativo fiscal diferido foi reduzido no montante de R\$ 17.719. Adicionalmente, a amortização anual do benefício fiscal foi reduzida no montante de R\$ 2.953 em 2015 e R\$ 3.544 em 2016, totalizando uma redução de R\$ 11.222 em 1º de janeiro de 2017 e R\$ 7.678 em 31 de dezembro de 2017 no patrimônio líquido, impactando o resultado em 31 de dezembro de 2017 em R\$ 3.544.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras comparativas da Companhia ora reapresentadas:

(i) Balanço patrimonial

1º de janeiro de 2017	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativo circulante	52.458	-	52.458
Impostos diferidos ativos	67.821	(11.222)	56.599
Outros	156.823	-	156.823
Total do ativo	277.102	(11.222)	265.880
Total do passivo	143.062	-	143.062
Reserva especial de ágio	50.448	(17.719)	32.729
Reserva de lucros	1.715	6.497	8.212
Outros	81.877	-	81.877
Total do patrimônio líquido	134.040	(11.222)	122.818

31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativo circulante	53.220	-	53.220
Impostos diferidos ativos	62.068	(7.678)	54.390
Outros	151.300	-	151.300
Total do ativo	266.588	(7.678)	258.910
Total do passivo	102.993	-	102.993
Reserva especial de ágio	50.448	(17.719)	32.729
Reserva de lucros	18.184	10.041	28.225
Outros	94.963	-	94.963
Total do patrimônio líquido	163.595	(7.678)	155.917

(ii) Demonstrações do resultado e do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos impostos	15.308	-	15.308
Imposto diferido	(5.753)	3.544	(2.209)
Lucro líquido	9.555	3.544	13.099
Total do resultado abrangente	9.555	3.544	13.099

Não há nenhum impacto material nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

(ii) Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso, considerando situação financeira do cliente.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

(iii) *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

(iv) *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(v) *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

(vi) *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

d. *Estoque*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo custo médio.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou ativação por industrialização, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição da Tópico para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de ativos imobilizados no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

São incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Tópico irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	5 anos
Ativos de galpão	entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Arrendamentos

(i) Determinação e pagamentos dos contratos que contém arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento, separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

(ii) Ativos arrendados

Ativos mantidos sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Tópico todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Tópico tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Tópico é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A. são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

j. Receita de serviços e venda de produtos

Locação

A receita de locação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Venda de produtos

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, a Tópico adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Tópico, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

l. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Tópico exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e

- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais do aluguel de imóveis e frotas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos, conforme descrito na nota explicativa 24(d). A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 4.597 em 1º de janeiro de 2019, referente a compromissos assumidos em contrato de aluguel de imóveis. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota 13.

(ii) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	140	378
Aplicações Financeiras	13.577	17.214
	13.717	17.592

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, representadas pelos certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 99,5% e 94,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

8 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Duplicatas a receber	29.842	25.882
Provisão para perda de crédito esperada	(11.114)	(10.670)
	18.728	15.212

a. Movimentação na provisão para perda de crédito esperada

	2018	2017
Em 1º de Janeiro	(10.670)	(11.200)
Provisão para perda de crédito esperada	(1.636)	(808)
Valores não usados, estornados	1.192	1.338
Em 31 de dezembro	(11.114)	(10.670)

A despesa com provisão para perda de crédito esperada foi registrada na rubrica de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração de resultado. Quando esgotados

os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica provisão para perda de crédito esperada são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2018 de provisão para perda do contas a receber é composto, em sua maioria por créditos em acordo judicial e contas a receber de clientes em recuperação judicial.

A exposição da Tópico a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 23.

9 Estoques

	2018	2017
Matérias primas	13.088	3.507
Matérias indiretos	4.559	4.271
Outros estoques	5.050	3.523
Matérias de uso e consumo	1.173	1.202
	<hr/>	<hr/>
	23.870	12.503

10 Impostos a recuperar

	2018	2017
ICMS a recuperar	1.394	1.403
COFINS	1.531	1.350
IPI	1.619	469
PIS	326	288
INSS a recuperar	1.146	85
Outros impostos a recuperar	644	380
	<hr/>	<hr/>
	6.660	3.975

11 Impostos diferidos

a. Impostos diferidos reconhecidos

Os impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado	2018	2017 Reapresentado
Provisão para ações trabalhistas	512	368	-	-	512	368
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.779	1.386	-	-	3.779	1.386
Provisão de bônus	538	661	-	-	538	661
Provisão para contas a pagar	445	165	-	-	445	165
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	40.610	39.696	-	-	40.610	39.696
Benefício fiscal de ágio Imobilizado	22.015	33.207	-	-	22.015	33.207
(Ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	(21.204)	(21.093)	(21.204)	(21.093)
Impostos ativos (passivos)	67.899	75.483	(21.204)	(21.093)	46.695	54.390
Montante passível de compensação	(21.204)	(21.093)	21.204	21.093	-	-
Imposto líquido ativos	46.695	54.390	-	-	46.695	54.390

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até Dezembro de 2024.

b. Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano

	31/12/2017 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	31/12/2018
Provisão para ações trabalhistas	368	144	512
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.386	2.393	3.779
Provisão de bônus	661	(123)	538
Provisão para contas a pagar	165	280	445
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	39.696	914	40.610
Imposto diferido - Ágio	33.207	(11.192)	22.015
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(21.093)	(111)	(21.204)
Impostos diferidos líquido ativos (passivos)	54.390	(7.695)	46.695

12 Imobilizado

a. Movimentações do custo e da depreciação

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo				
Máquinas e equipamentos	9.761	717	(53)	10.425
Veículos	5.747	22	-	5.769
Móveis e utensílios	1.546	192	(43)	1.695
Equipamentos de informática	1.779	396	(239)	1.936
Equipamentos de segurança	72	392	-	464
Instalações	371	71	(103)	339
Ferramentas	894	98	(46)	946
Ativos de Galpão	225.287	21.795	(3.839)	243.243
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.292	793	(34)	4.051
Total	<u>248.749</u>	<u>24.476</u>	<u>(4.357)</u>	<u>268.868</u>
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(5.110)	(778)	-	(5.888)
Veículos	(3.549)	(832)	-	(4.381)
Móveis e utensílios	(624)	(144)	14	(754)
Equipamentos de informática	(968)	(249)	-	(1.217)
Equipamentos de segurança	(31)	(13)	-	(44)
Instalações	(154)	(27)	17	(164)
Ferramentas	(540)	(106)	-	(646)
Ativos de Galpão	(91.139)	(20.634)	1.731	(110.042)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.693)	(500)	-	(2.193)
Total	<u>(103.808)</u>	<u>(23.283)</u>	<u>1.762</u>	<u>(125.329)</u>
Valor líquido contábil	<u>144.941</u>	<u>1.193</u>	<u>(2.595)</u>	<u>143.539</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo				
Máquinas e equipamentos	9.790	48	(77)	9.761
Veículos	6.072	-	(325)	5.747
Móveis e utensílios	1.464	82	-	1.546
Equipamentos de informática	1.390	392	(3)	1.779
Equipamentos de segurança	72	-	-	72
Instalações	371	-	-	371
Ferramentas	825	69	-	894
Ativos de galpão	215.638	19.572	(9.923)	225.287
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.944	574	(226)	3.292
Total	<u>238.566</u>	<u>20.737</u>	<u>(10.554)</u>	<u>248.749</u>
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(4.382)	(767)	39	(5.110)
Veículos	(2.804)	(965)	220	(3.549)
Móveis e utensílios	(488)	(136)	-	(624)
Equipamentos de informática	(767)	(201)	-	(968)
Equipamentos de segurança	(18)	(13)	-	(31)
Instalações	(124)	(30)	-	(154)
Ferramentas	(419)	(121)	-	(540)
Ativos de galpão	(74.541)	(19.105)	2.507	(91.139)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.158)	(535)	-	(1.693)
Total	<u>(84.701)</u>	<u>(21.873)</u>	<u>2.766</u>	<u>(103.808)</u>
Valor líquido contábil	<u>153.865</u>	<u>(1.136)</u>	<u>(7.788)</u>	<u>144.941</u>

(*) As referidas adições e baixas incluem os montantes de R\$ 1.310 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.758 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de aquisições e baixas de produtos que transitam pelo imobilizado para formação de produto novo, o qual é reconhecido como custo dos produtos vendidos na rubrica de “consumo de materiais e estoques”, dessa forma, esse efeito é excluído das linhas de aquisições e vendas de imobilizado na demonstração dos fluxos de caixa.

b. Ativos totalmente depreciados

Descrição	Vidas úteis estimadas	Custo dos ativos totalmente depreciados
Máquinas e equipamentos	10 anos	1.510
Veículos	5 anos	1.225
Móveis e utensílios	10 anos	80
Equipamentos de informática	5 anos	548
Instalações	10 anos	2
Ferramentas	5 anos	350
Ativos de galpão	De 6 a 15 anos	18.115
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	350
Total		22.180

c. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base na quantidade existente de estrutura e coberturas e o preço de venda por m² utilizado em 2018 deduzidos de comissões sobre vendas e custos de montagem e desmontagem. O valor recuperável estimado em R\$ 505.534 foi superior ao seu valor contábil de R\$ 133.316 em 31 de dezembro de 2018 valor recuperável estimado em R\$ 314.801 e valor contábil em R\$ 134.346 em 31 de dezembro de 2017.

13 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Debentures	18.640	51.431	70.071	19.005	68.316	87.321
	18.640	51.431	70.071	19.005	68.316	87.321

a. Movimentação dos empréstimos

Modalidades	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Pagamentos de principal	Juros provisionados	Pagamentos de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Debentures	87.321	-	(17.313)	8.352	(8.289)	70.071
	87.321	-	(17.313)	8.352	(8.289)	70.071

1ª emissão de Debêntures

Em 26 de fevereiro de 2015, a Tópico emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 10 parcelas consecutivas até 30 de setembro de 2022 conforme 2º aditamento fiduciário realizado em Dezembro de 2017. Neste 2º aditamento alongou-se o prazo de Março de 2020 para Setembro de 2022. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a. até o mês de março de 2018 e após esta data será 3.98% a.a.. As debêntures não possuem garantia.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,00 (dois inteiros), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencido. Para os exercícios encerrados em 2018 e 2017 não foi identificado quebra do índice financeiro.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	2018	2017
Fornecedores de materiais	2.088	729
Fornecedores de serviços e outros	3.556	2.622
Partes relacionadas - nota 23	155	97
	5.799	3.448

15 Obrigações tributárias

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	203	-	203	15	-	15
PIS	453	-	453	141	-	141
COFINS	2.092	-	2.092	649	-	649
INSS	864	-	864	490	-	490
FGTS	168	-	168	161	-	161
Impostos parcelados	-	-	-	256	-	256
Outros impostos a recolher	437	-	437	117	-	117
	4.217	-	4.217	1.829	-	1.829

Os impostos parcelados referem-se a impostos federais, cujo fatos geradores correspondem ao exercício de 2009 e que foram parcelados 60 meses a partir de dezembro de 2012.

16 Provisão para contingências

	2018	2017
Outras contas a receber (a)	1.885	3.931
Depósitos judiciais	700	672
Provisão para contingências - Passiva	(3.392)	(5.012)
	(807)	(409)

- (a) Do montante de R\$ 2.087 de Outras contas a receber em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.132 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 1.885 (R\$ 3.931 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas.

Movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais:

	Outras contas a receber	Depósitos judiciais	Provisão passiva	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.931	672	(5.012)	(409)
(Reembolso) / Pagamento	2.159	28	(897)	1.290
(Adições) / Estornos	(4.205)	-	2.517	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.885	700	(3.392)	(807)

a. Riscos não provisionados

Expectativa de perda	Fiscais (i)	Trabalhistas (ii)	Total
Possível em 31 de dezembro de 2017	41.421	24.619	66.040
Possível em 31 de dezembro de 2018	41.421	16.525	57.946

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante acima demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- (i) A Companhia avaliou como perda possível o risco fiscal decorrente de descarectarização do grupo econômico, por conta da distinção entre os sistemas de tributação das empresas Tópico Galpões e Tópico Estruturas, totalizando R\$ 41.421.
- (ii) O saldo das perdas possíveis estão líquidos dos valores a serem reembolsados pelos antigos acionistas, conforme acordo de acionista.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Tópico Locação de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A., em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 57.378, dividido em 57.377.892 (cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e duas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Acionistas	Ações	Capital	Participação
Southern Cross Group	46.164.524	46.165	70,0000%
Ricardo Vantini	10.932.532	10.933	29,3098%
Odair Benedito L. da Silva	140.418	140	0,3451%
Francisco Mesquita Neto	140.418	140	0,3451%
Total	57.377.892	57.378	100%

Em 29 de setembro de 2017, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 20.000, passando de R\$ 37.378 para R\$ 57.378, mediante a emissão de 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um Real) por ação.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

- (i) Refere-se à reavaliação da vida útil do ativo imobilizado e adoção do custo atribuído (*deemed cost*) promovida pela Tópico em 2009, quando da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, em linha com os preceitos do ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”. O ajuste de avaliação patrimonial corresponde a R\$6.829 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 9.225 em 31 de dezembro de 2017).
- (ii) Refere-se a parcela da reavaliação do valor justo do ativo imobilizado da Nautika no momento da incorporação dos ativos na Tópico. O ajuste de avaliação patrimonial corresponde a R\$21.568 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 28.360 em 31 de dezembro de 2017).

c. Reserva de lucros

A Tópico constitui reserva legal de 5% ao ano até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 foi registrado o valor de R\$ 747.

d. Reserva especial de ágio

Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrada e confirmada a compra de ações 70% das ações da Tópico pela SCG Iva Holding Ltda (“SCG Iva”).

Em 28 de fevereiro de 2015, a Tópico incorporou, de forma reversa, sua controladora SCG Iva Holding Ltda., conseqüentemente, a Tópico passou a ser controlada diretamente pela Southern Cross Group, com participação de 70%.

18 Receita líquida de venda e serviços

	2018	2017
Venda de produtos	4.202	11.828
Locação, instalação e desmontagem	117.778	120.915
Receita bruta	121.980	132.743
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas e serviços	(11.944)	(13.627)
Devoluções e abatimentos	(2.239)	(4.508)
Receita líquida de vendas e serviços	107.797	114.608

19 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas por natureza

	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
2018					
Consumo de materiais e estoque	(1.310)	-	-	-	(1.310)
Perda de inventários	(1.295)	-	-	-	(1.295)
Manutenção e outros materiais	(4.153)	-	(386)	-	(4.539)
Salários e encargos	(10.641)	(4.225)	(7.794)	-	(22.660)
Aluguéis de imóveis	(1.928)	-	(314)	-	(2.242)
Montagem	(2.488)	-	-	-	(2.488)
Depreciação do imobilizado	(22.939)	-	(344)	-	(23.283)
Amortização do intangível	(106)	-	(268)	-	(374)
Aluguéis de equipamentos	(4.135)	(229)	(52)	-	(4.416)
Fretes e carretos	(3.972)	-	(14)	-	(3.986)
Acomodação e viagens	(3.910)	(429)	(217)	-	(4.556)
Assessoria jurídica e consultoria	(62)	-	(1.569)	-	(1.631)
Serviços de terceiros	(2.563)	(148)	(1.240)	-	(3.951)
Provisão de contingências	(1.055)	(633)	-	-	(1.688)
Outros	(1.755)	(508)	(825)	(264)	(3.352)
Total	(62.312)	(6.172)	(13.023)	(264)	(81.771)

2017	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(4.758)	-	-	-	(4.758)
Perda de inventários	(214)	-	-	-	(214)
Manutenção e outros materiais	(3.708)	(23)	(140)	-	(3.871)
Salários e encargos	(12.593)	(5.397)	(8.281)	-	(26.271)
Aluguéis de imóveis	(1.961)	-	(378)	-	(2.339)
Montagem	(4.001)	-	-	-	(4.001)
Depreciação do imobilizado	(21.528)	-	(345)	-	(21.873)
Amortização do intangível	(66)	-	(324)	-	(390)
Aluguéis de equipamentos	(3.620)	(225)	(66)	-	(3.911)
Fretes e carretos	(3.690)	(7)	(1)	-	(3.698)
Acomodação e viagens	(4.592)	(410)	(223)	-	(5.225)
Assessoria jurídica e consultoria	(324)	-	(1.578)	-	(1.902)
Serviços de terceiros	(2.407)	(325)	(1.349)	-	(4.081)
Provisão de contingências	(1.290)	(69)	-	-	(1.359)
Outros	(2.234)	(912)	(1.642)	1.646	(3.142)
Total	(66.986)	(7.368)	(14.327)	1.646	(87.035)

20 Despesas financeiras líquidas

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(8.352)	(14.343)
Juros sobre empréstimos	-	(357)
Juros sobre impostos	-	(152)
Despesas bancárias	(53)	(62)
Outras despesas financeiras	(388)	(807)
	<u>(8.793)</u>	<u>(15.721)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.339	1.299
Outras receitas financeiras	608	571
	<u>1.947</u>	<u>1.870</u>

21 Arrendamentos mercantis

a. Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

No final do período de reporte, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	
	2018	2017
Menos de um ano	1.972	2.381
Entre um e cinco anos	2.600	4.355
Total	<u>4.572</u>	<u>6.736</u>

A Tópico aluga andares em prédios comerciais, ocupados por suas filiais e armazéns em Embu, onde se localiza sua fábrica e centro logístico, sob subarrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram de um a três anos, com opção de renovação do contrato após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados pelo IGPM a 12 meses de contrato, de acordo com os aluguéis de mercado. a Companhia realizou o cálculo de valor futuro das contraprestações pendentes, pelo IGPM e trouxe a valor presente pela Selic (taxa básica de juros da economia), resultando em um montante em 31 de dezembro de 2018 a valor presente de R\$ 4.597 comparado com o valor nominal de R\$ 4.572.

Os arrendamentos do armazém onde se localiza sua fábrica foi registrado há muitos anos como arrendamento combinado de terreno e edificações. Como a escritura do terreno não é transferida, a Tópico determinou que o arrendamento do terreno é operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Tópico não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios da edificação são do arrendador. Assim, a Tópico determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

22 Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos de imposto de renda e contribuição social adotados nos exercícios de 2018 e 2017 foram efetuados considerando o regimes de tributação do Lucro Real:

- O imposto de renda e a contribuição social para os exercícios de 2018 e 2017, para as sociedades que operam de acordo com o regime do lucro real foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Reconciliação da taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22.631	15.308
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	<u>(7.694)</u>	<u>(5.205)</u>
Diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis: multas, doações e outras	(579)	(232)
Perdas de inventário indedutíveis	-	100
Outros	578	3.128
	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>
	<u>(7.695)</u>	<u>(2.209)</u>
Alíquota efetiva	(34,0%)	(14,4%)

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Tópico não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Tópico efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	13.717	17.592
Contas a receber de clientes	18.728	15.212
Outras contas a receber	<u>614</u>	<u>2.678</u>
	<u>33.059</u>	<u>35.482</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	70.071	87.321
Fornecedores	<u>5.799</u>	<u>3.448</u>
	<u>75.870</u>	<u>90.769</u>

As atividades da Tópico o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

b. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade da Tópico não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Exposição ao risco de crédito

Vencimentos dos recebíveis		
	2018	2017
Saldos vencidos		
De 1 a 30 dias	986	1.112
De 31 a 60 dias	564	406
De 61 a 90 dias	295	182
De 91 a 180 dias	250	170
De 181 a 360 dias	707	355
Acima de 361 dias	<u>10.407</u>	<u>10.315</u>
Total vencidos	13.209	12.540
Total a vencer	<u>16.633</u>	<u>13.342</u>
Total recebíveis	<u>29.842</u>	<u>25.882</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(11.114)</u>	<u>(10.670)</u>
Total	<u>18.728</u>	<u>15.212</u>

Para efeito de risco de crédito, a Tópico entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 37,2% do saldo bruto de contas a receber (41,2% em 31 de dezembro de 2017).

c. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Tópico, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Tópico e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Tópico e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 a 5 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	70.071	70.071	10.394	8.667	17.334	33.676
Fornecedores	<u>5.799</u>	<u>5.799</u>	<u>5.799</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>75.870</u>	<u>75.870</u>	<u>16.624</u>	<u>8.667</u>	<u>17.335</u>	<u>50.494</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Tópico e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

d. Risco de taxas de juros

A Tópico está exposto às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Tópico adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A Tópico está exposto, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Tópico na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	2018	2017
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	-	-
Aplicações financeiras	13.577	17.214
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(70.071)	(87.321)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	(56.495)	(70.107)
	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,0%	1,0%
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	Resultado	Patrimônio
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	(565)	(565)
Aumento / (Redução)	(565)	(565)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

A Tópico avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

24 Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

	2018	2017
Outras contas a receber		
Solaris (i)	8	64
Superveniências (ii)	1.885	3.931
Total de ativos com partes relacionadas	1.893	3.995
Fornecedores e outras contas a pagar - nota 13		
Solaris (i)	155	97
Total de passivos com partes relacionadas	155	97
	2018	2017
Receita operacional		
Solaris (i)	89	105
	89	105
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados/ despesas		
Solaris (i)	(1.255)	(2.064)
RV Consultoria (ii)	(120)	(604)
	(1.375)	(2.668)
Total do resultado com partes relacionadas	(1.286)	(2.562)

- (i) A Tópico possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, controlada pelo mesmo controlador, através de serviços de locação de plataforma. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas à Companhia.
- (ii) Por conta da cláusula 7.1 e 7.13 do Acordo de Acionista celebrado entre a SCG e os vendedores da Tópico, foi acordado que a SCG concorda que os recursos líquidos recebidos ou pagos pela Tópico relacionados com superveniências ativas ou perdas indenizáveis decorrentes de atos ou fatos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da data de fechamento serão revertidos em benefício dos vendedores ou indenização para ser paga a Tópico por seus vendedores. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia totaliza um montante de R\$1.885 referente a contingências trabalhistas provisionadas e parte deste montante será ressarcidas à Tópico na medida em que houver a conclusão dos referidos processos.

A Tópico considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os seguintes benefícios de curto prazo:

	2018	2017
Benefícios de curto-prazo (a)	2.773	2.629
	2.773	2.629

- (a) São compostos por pró-labore e contribuições para previdência social.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta de seguinte forma:

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Responsabilidade civil	20/02/2019	3.000
Frota	19/08/2019	470
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	14/04/2019	15.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos	31/05/2019	600

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
